



*Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência*

Exmo. Senhor
Presidente do Sindicato dos Funcionários
Judiciais
Av. António Augusto Aguiar 56 -4º Esq.
1050 – 017 - Lisboa

Funchal, 07 de julho de 2021

Assunto: Voto de Solidariedade

Encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira de enviar a V. Ex^a o **Voto de Solidariedade** em anexo, unanimemente provado em reunião plenária desta Assembleia Legislativa, a 30 de junho de 2021.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe do Gabinete,

(João Casanova de Almeida)

VOTO DE SOLIDARIEDADE

COM OS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS E AS SUAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES

Os Funcionários Judiciais lutam pela dignificação da carreira e pela contratação de mais meios humanos.

Nos últimos anos foram drasticamente reduzidos os quadros de Oficiais de Justiça - menos 30% - e com particular incidência nos lugares de chefia, Secretaria, Escrivães e Técnicos Principais, diminuindo assim as perspetivas de progressão de carreira.

O congelamento das promoções e progressões, as alterações às regras de aposentação e ainda a deficiente ou inexistente formação são também preocupações daqueles trabalhadores, cujas funções e desempenho são fundamentais para garantir o normal funcionamento dos Tribunais e o exercício da Justiça.

Na Região Autónoma da Madeira, na Comarca da Madeira, existem cerca de 160 Oficiais de Justiça, um número considerado insuficiente face as necessidades de funcionamento das instituições judiciais. Na Comarca da Madeira os sectores mais carenciados de meios humanos são o Juízo do Trabalho do Funchal, Juízo de Família e Menores do Funchal, e o Ministério Público.

Segundo dados divulgados pelo Sindicato representativo dos trabalhadores do sector, seria necessário garantir a contratação de mais 20 a 30 Oficiais de Justiça para assegurar o normal funcionamento da Comarca da Madeira, dos Tribunais e do exercício da Justiça. Para além disso, nalgumas das instituições e serviços as condições físicas e materiais de trabalho são precárias, com material informático obsoleto, com salas de trabalho desadequadas para as funções, e subdimensionadas. Em particular, os edifícios dos tribunais na Ponta do Sol e em Santa Cruz esperam, há décadas, por obras de beneficiação que tardam a chegar, situação que dificulta ainda mais o trabalho dos Funcionários Judiciais que laboram nas referidas instalações.

Para dar expressão a estas preocupações e às justas reivindicações deste sector profissional o Sindicato dos Funcionários Judiciais agendou como forma de luta uma greve que vigora entre as 10:00 e as 11:00, dos dias úteis, entre os dias 17 de maio e 17 de junho de 2021, para todos os funcionários judiciais, visando exigir do Governo da República o cumprimento dos compromissos assumidos e as deliberações da Assembleia da República, designadamente:

Região Autónoma da Madeira
Assembleia Legislativa
Presidência

- 1- Um Estatuto socioprofissional que contemple:
 - a. Vínculo de nomeação;
 - b. Grau de complexidade funcional 3 para todos os atuais oficiais de justiça;
 - c. Titularidade do lugar nas categorias de chefia;
 - d. Regime específico de avaliação em consonância com a natureza das funções e em face da previsão do artigo n.º 218.º da Constituição da República Portuguesa;
 - e. Formação especializada;
 - f. Redefinição das regras de Mobilidade e do Regime de Substituições;
 - g. Tabela salarial adequada às funções;
 - h. Regime específico de aposentação.
2. O preenchimento integral dos lugares vagos;
3. A abertura de procedimento para acesso a todas as categorias cujos lugares se encontrem vagos: Escrivão Técnico de Justiça Adjunto, Escrivão de Direito, Técnico de Justiça Principal e Secretário de Justiça.
4. A inclusão no vencimento do suplemento de recuperação processual, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, ou seja, o pagamento do valor mensal nas 14 prestações anuais.
5. A regularização das situações de progressão profissional por força das decisões judiciais já proferidas.

Assim de acordo com o Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o Parlamento solidariza-se com a justa luta dos Funcionários Judiciais, que tem como objetivo valorizar os trabalhadores e a dignificação da carreira, que visa o melhor funcionamento dos Tribunais e do acesso à Justiça.